

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: UMA DISCUSSÃO SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS NA TRANSAMAZÔNICA, PARÁ

Andrei Cornetta¹

Resumo: Este artigo aborda questões sobre a política para mudanças climáticas adotadas pelo Brasil e seus desdobramentos territoriais, particularmente sobre os novos usos (e significados) atribuídos à floresta amazônica. Em detalhe, discutem-se os projetos de compensação de gases de efeito estufa (GEE) desenvolvidos em assentamentos rurais ao longo da Rodovia Transamazônica, no estado do Pará. Construída no início dos anos 1970, a Transamazônica é um marco das políticas desenvolvimentistas dos governos militares, o que levou a uma série de consequências adversas para a Amazônia, com destaque para o desmatamento e a apropriação irregular de terras. Ações recentes de regularização fundiária buscam reverter determinados pontos deste cenário, ao lado do desenvolvimento de projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), articulados como iniciativas para frear o desmatamento e a redução das emissões de GEE. Busca-se, assim, discutir as coexistências e contradições nas relações que se estabelecem entre as atividades regulares daquelas comunidades rurais – seus usos econômicos e formas de convivência com a terra e a floresta –, e a introdução dos atuais projetos de PSA.

Palavras-chave: Amazônia; Transamazônica; assentamentos rurais; Pagamento por Serviços Ambientais; políticas para mudanças climáticas.

CLIMATE CHANGE, PUBLIC POLICIES AND PAYMENT FOR ENVIRONMENTAL SERVICES: A DISCUSSION OF RURAL SETTLEMENTS IN TRANSAMAZÔNICA, PARÁ

Abstract: This paper deals with questions about the policy for climate change adopted by Brazil and its territorial developments, particularly on the new uses (and meanings) attributed to the Amazonian forest. In detail, we discuss how greenhouse gas (GHG) offset projects developed in rural settlements along the Transamazônica Highway in the state of Pará. Built in the early 1970s, the Transamazônica is a

¹ Doutor em Geografia Humana. Pesquisador associado ao Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo e professor da Universidade Metropolitana de Santos. andrei.cornetta@gmail.com

landmark in the development policies of governments which led to a series of adverse consequences for the Amazon, with emphasis on deforestation and irregular land appropriation. Recent land regularization actions seek to reverse certain points in this scenario, alongside the development of Payment for Environmental Services projects, articulated as initiatives to curb deforestation and reduce GHG emissions. It seeks to discuss the coexistences and contradictions in the relationships established between the regular activities of those rural communities - their economic uses and ways of living with the land and the forest - and the introduction of those projects.

Keywords: Amazon; Transamazônica; rural settlements; Payment for Environmental Services; policies for climate change.

CAMBIOS CLIMÁTICOS, POLÍTICAS PÚBLICAS Y PAGO POR SERVICIOS AMBIENTALES: UNA DISCUSIÓN SOBRE ASENTAMIENTOS RURALES EN LA TRANSAMAZÓNICA, PARÁ

168

Resumen : Este artículo aborda cuestiones sobre la política para cambios climáticos adoptados por Brasil y sus desdoblamientos territoriales, particularmente sobre los nuevos usos (y significados) atribuidos a el bosque amazónico. En detalle, se discuten los proyectos de compensación de gases de efecto invernadero (GEI) desarrollados en asentamientos rurales a lo largo de la Ruta Transamazónica, en el estado de Pará. Construida a principios de los años 1970, la Transamazónica es un marco de las políticas desarrollistas de los gobiernos militares, lo que llevó a una serie de consecuencias adversas para la Amazonia, con destaque para la deforestación y la apropiación irregular de tierras. Las acciones recientes de regularización agraria buscan revertir determinados puntos de este escenario, al lado del desarrollo de proyectos de Pago por Servicios Ambientales (PSA), articulados como iniciativas para frenar la deforestación y la reducción de las emisiones de GEI. Se busca, así, discutir las coexistencias y contradicciones en las relaciones que se establecen entre las actividades regulares de aquellas comunidades rurales - sus usos económicos y formas de convivencia con la tierra y el bosque -, y la introducción de los actuales proyectos de PSA.

Palabras claves: Amazonía; Transamazónica; asentamientos rurales; Pago por Servicios Ambientales; políticas para el cambio climático.

1. Introdução

A questão ambiental, ao menos desde o início dos anos 1970², vem dando margem a inúmeras discussões sobre o futuro do planeta, originando o surgimento de uma série de políticas e mecanismos de mercado que têm o propósito de diminuir os efeitos adversos da produção capitalista sobre o ambiente. O tema das mudanças climáticas é emblemático neste sentido, sobretudo em função dos prejuízos econômicos que tal evento pode impulsionar, pelas transformações na superfície terrestre e uma série de outras consequências alarmantes, amplamente divulgadas pelos distintos meios de comunicação.

Nesse sentido, as políticas internacionais para mudanças climáticas – tendo como marco o Protocolo de Kyoto – que desde 1997 têm impulsionado uma série de arranjos econômicos que vêm ganhando destaque em políticas públicas e programas governamentais, assim como em estratégias empresariais que apontam para uma “economia de baixo carbono”, a exemplo dos projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Estes, conforme o entendimento dos órgãos que regem pela atividade, são instrumentos econômicos com objetivo de recompensar aquele que, em função de suas práticas (habituais ou não) de conservação, preservação, manejo ou recuperação de ecossistemas mantém ou potencializa o fornecimento de um serviço ecossistêmico³ (MMA, 2017, p. 17).

² A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em 1972 em Estocolmo, ao lado da publicação, neste mesmo ano, do relatório “Os limites do crescimento”, do Clube de Roma, também conhecido como Relatório Meadows, são considerados marcos do debate ambiental internacional. Além disso, é possível dizer que ambos estabeleceram os princípios do que mais tarde viria a ser incorporado nos tratados e acordos internacionais sobre questões ambientais, sobretudo em relação ao clima e a biodiversidade.

³ Existem diversas definições do que são os serviços ou bens ambientais. Documentos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm tratado do assunto e vêm abordando tais atividades como aquelas que têm por finalidade auferir, prevenir, mitigar ou corrigir danos ambientais causados à água, ao solo, ao ar, incluindo problemas relacionados ao desperdício, poluição e danos aos ecossistemas. Para mais detalhes ver OCDE. *Environmental goods and services. An assesment of the environmental, economic and development benefits of further global and trade liberalisation*. Paris: OECD/OCDE, 2000. Disponível em: <<http://bit.ly/2A3bxtk>>. Acesso em 10 nov. 2017.

Dentro deste cenário, argumenta-se que tal perspectiva é parte importante das soluções para os efeitos das emissões de gases de efeito estufa (GEE) em relação ao aumento da temperatura terrestre⁴. Num sentido amplo, trata-se de um modelo econômico baseado na contabilidade e redução de emissões de GEE e em políticas compensatórias de mercado. Estas se fundamentam em diversos mecanismos, que teriam por efeito compensar o excesso de emissões dos países industrializados há mais tempo e que ratificaram inicialmente o Protocolo de Kyoto.

Neste mesmo período, surgiram ainda os denominados “mercados voluntários”, que funcionam paralelamente aos regulamentos instituídos pelas Nações Unidas. A *Chicago Climate Exchange (CCX)* foi a primeira bolsa de valores do mundo a negociar compensações de gases de efeito estufa nessa modalidade de mercado voluntário, tendo iniciado suas atividades em agosto de 2003. Essa bolsa serviu de alternativa para diversas empresas de base florestal com dificuldades em aprovar projetos no mercado submetido às regras (mais rígidas) impostas pelas diretrizes da ONU.

Em relação ao papel das florestas, fala-se na importância destas na absorção e no armazenamento do carbono, com a função de produzir biomassa e consequentemente estocar, ou fixar, carbono nas folhas, caules, raízes e principalmente no tecido lenhoso das árvores. Após a quantificação do carbono estocado e o cumprimento de uma série de exigências técnico-burocráticas⁵, os participantes de

⁴ Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) a temperatura média do planeta aumentou 0,76°C entre 1850 e 2005. De acordo com o quinto e último relatório do IPCC, divulgado em setembro de 2013, a perspectiva é que a temperatura poderá aumentar até 4,8°C no século XXI, caso as emissões de GEE continuem seguindo as taxas atuais ao longo dos próximos anos. “A temperatura global combinada (terra e oceano) mostraram um aumento de 0,89°C durante o período de 1901-2012 e de 0,72°C entre 1951-2012” (IPCC, 2013, p. 8).

⁵ A validação de projetos de compensação e mitigação de GEE é feita por empresas como Det Norsk Vetias e Société Générale de Surveillance, ambas credenciadas na ONU como Entidades Operacionais Designadas. Com sede em Oslo, Noruega, a DNV é uma das maiores empresas classificadoras de navios e plataformas de petróleo no mundo e atua no gerenciamento de riscos em diversos setores, como o aeroespacial, automotivo, energia, financeiro, assistência médica entre outros desde 1867. Para maiores detalhes, ver: “*DNV managing risk*”. Disponível em: <<https://www.dnvgl.com/>>. Acesso em: 23 out. 2017. O Grupo SGS (*Société Générale de Surveillance S.A*) é uma empresa francesa de inspeção, verificação, análise e certificação que existe desde 1878. Para maiores informações, ver: <<http://www.sgs.com/>> Acesso em 20 out. 2017.

determinado projeto podem pleitear créditos compensatórios de carbono e negociá-los nos mercados *ad-hoc* ou diretamente com empresas que necessitam (ou querem voluntariamente) compensar suas emissões.

Tendo em vista este papel atribuído às florestas no contexto das mudanças climáticas globais, este artigo aborda questões referentes às relações entre atividades compensatórias de emissões de gases de efeito estufa e seus desdobramentos territoriais, particularmente sobre os novos usos (e significados) atribuídos à terra e a floresta amazônica. Em detalhe, discute-se sobre iniciativas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) desenvolvidas em assentamentos rurais ao longo da Rodovia Transamazônica (BR-230), no estado do Pará, com especial atenção para as relações entre os colonos assentados, Organizações Não-Governamentais (ONGs) que atuam no Médio Xingu e Transamazônica e o Estado.

Os desdobramentos econômicos que surgem no contexto das mudanças climáticas são inúmeros e não restritos àqueles que incidem diretamente na superfície terrestre, impulsionando uma nova geografia do uso do solo⁶, além dos mais variados e complexos riscos sociais. Surgem, ainda, os desdobramentos – aparentemente indiretos – que são próprios aos mecanismos de mercado direcionados às estratégias de mitigação de gases de efeito estufa, cujo funcionamento está atrelado às chamadas “externalidades ambientais” e inseridos em uma lógica financeirizada da economia⁷.

Sinteticamente, estes mecanismos, dentro da economia de baixo carbono, funcionam com base no princípio do “poluidor-pagador”, cujo fundamento teórico encontra-se no

⁶ Conforme pesquisa desenvolvida pela Embrapa em conjunto com a Unicamp, a área favorável para os cultivos de soja, café, milho, arroz, feijão e algodão pode diminuir com o aumento da temperatura, estimando-se um prejuízo de R\$ 7,4 bilhões já em 2020. “As exceções são a cana-de-açúcar, que terá espaço para se expandir e até dobrar a produção, e a mandioca, que, apesar de perder espaço de cultivo no Nordeste, poderá ser plantada em outras regiões do país”. Para uma leitura mais completa e a visualização sobre as principais alterações destes cenários para a geografia agrícola brasileira, acessar: <<http://bit.ly/2g8iW1C>>. Acesso em 13 set. 2017.

⁷ Para uma leitura sobre o tema ver LIVERMAN, D. M.; BUMPS, A. G. *Carbon colonialismo? Offsets, greenhouse gas reduction, and sustainable development*. 2011; CORNETTA, A. *A financeirização do clima: uma abordagem geográfica do mercado de carbono e suas escalas de operação*. 2012; MORENO, C.; SPEICH, D.; FUHR, L. *A métrica do carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico*. 2016.

referido conceito de “externalidade” da economia política. Este conceito, tal como foi definido nos anos 1920 por Arthur C. Pigou e aprofundado por Ronald Coase nos anos 1960, prevê que as “externalidades negativas”, a exemplo das emissões de gases poluentes na atmosfera, sejam “internalizadas” pelo mercado, tanto pela via estatal através de taxações ao poluidor, quanto por uma via mais liberal em que as atividades compensatórias sejam tratadas entre as partes envolvidas.

É importante ressaltar que, o conhecimento produzido no centro do debate sobre o atual estágio das mudanças climáticas e sua decorrente circulação na sociedade é central para a conformação desta economia chamada de “baixo carbono”, sobretudo a perspectiva científica baseada no argumento de que as alterações no clima – entendidas na escala global e tendendo ao aquecimento – teriam sido impulsionadas pelas emissões de GEE desde a Revolução Industrial⁸.

Nesse sentido, a maneira de se pensar o fenômeno, seus desdobramentos políticos e econômicos, o mercado que se cria como parte complementar destas políticas, além dos mais variados desdobramentos nas escalas detalhadas – onde ações mitigadoras de emissões de GEE passam a fazer parte do cotidiano de comunidades rurais –, são alguns dos aspectos desta dimensão particular do clima que serão tratados aqui.

Como mencionado anteriormente, este artigo faz uma análise dos desdobramentos territoriais de atividades compensatórias de emissões de GEE, particularmente sobre projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) desenvolvidas pelas ONGs Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) em assentamentos rurais ao longo da Rodovia Transamazônica, no

⁸ De acordo com os relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas de 2007 (IPCC, na sigla em inglês), o fenômeno das mudanças globais do clima vem se manifestando de diversas formas, com destaque para o aumento da temperatura, eventos climáticos extremos, alterações no regime de chuvas, retração das geleiras e a elevação do nível dos oceanos. O argumento é o de que, desde a primeira Revolução Industrial, a temperatura média do planeta aumentou cerca de 0,6 °C, e que isto vem se acelerando recentemente. O Quarto Relatório do IPCC recomenda que, para que os efeitos das mudanças climáticas não sejam mais drásticos, a redução terá que ser de 50% a 85% das emissões então vigentes de CO₂ até a metade deste século (Ver IPCC. *Mudança do Clima 2007: Mitigação da Mudança do Clima. Sumário para os Formuladores de Políticas*. Grupo de Trabalho III. 2007).

estado do Pará. Nesta análise, dá-se especial atenção para as relações entre os colonos assentados, as referidas Organizações Não-Governamentais e a atuação do Estado na Transamazônica e Médio Xingu.

Nesse sentido, levantam-se algumas questões norteadoras para essa discussão: de que maneira o Estado vem institucionalizando regras para a implementação de atividades mitigadoras de emissões de GEE em florestas? Como se desdobram as relações entre movimentos sociais do Médio Xingu e Transamazônica, as ONGs que atuam nesta região e o Estado? Quais as principais mudanças ou ajustes na produção das famílias assentadas envolvidas com os referidos projetos? Até que ponto estas medidas podem assegurar a soberania de territórios de famílias camponesas, frente à expansão do desmatamento na Amazônia e os distintos interesses sobre os recursos florestais?

Para responder estas questões, o presente artigo, resultado de parte de uma tese de doutorado, é constituído a partir de uma combinação de levantamento e análise bibliográfica, documental, além de entrevistas realizadas junto aos diferentes atores envolvidos com a temática investigada. Contudo, antes de nos atermos a estas questões, faz-se necessário traçar algumas considerações sobre a política de colonização oficial desenvolvida durante a década de 1970 e a decorrente luta pela terra desencadeada nas décadas posteriores naquela porção da Amazônia brasileira.

2. Colonização oficial, movimentos da fronteira e a luta pela terra na Transamazônica

Construída no início dos anos 1970, a Transamazônica (BR-230) é um marco dos governos militares, tendo como base o trinômio energia-mineração-integração, o que levou a uma série de desdobramentos negativos para a Amazônia, com destaque para o desmatamento, a expropriação de bens comuns e a supressão de direitos territoriais. A partir desse momento, a dinâmica territorial amazônica se torna mais complexa, sobretudo com o grande fluxo migratório impulsionado pela construção da BR-230, ao lado dos projetos de colonização oficial, adotados como uma política estratégica de deslocamento de trabalhadores do semiárido nordestino para a Amazônia. É quando a

Cornetta, Mudanças climáticas, políticas públicas e Pagamento por Serviços Ambientais: uma discussão sobre assentamentos rurais na Transamazônica, Pará

fronteira ganha corpo em sua acometida em direção ao Norte do Brasil transformando-se “num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, processo que continuou, ainda que atenuado, com a reinstauração do regime político civil e democrático em 1985” (MARTINS, 1996, p. 26).

De acordo com o discurso da época, um dos principais fatores que impulsionaram a construção da Transamazônica foi o advento do ciclo de estiagem no semiárido nordestino, tendo a seca de 1970 como um marco. A colonização oficial na Transamazônica, assim como toda colonização governamental, sempre veio acompanhada das estratégias militares de ocupação das áreas de fronteira, conforme enfatizam diversos autores (VELHO, 1976; OLIVEIRA, 1993; MARTINS, 1996; HÉBETTE, 2004). Importante entender sobre esse movimento, que a presença dos projetos de colonização na Amazônia, como ressalta Oliveira (1993), estão todos “com raízes fincadas na questão da estrutura fundiária concentrada no país”.

Uma das estratégias, se não a principal, para a ocupação dessa faixa da Amazônia foi o discurso do “vazio demográfico” legitimando a ousada manobra de deslocamento populacional no território brasileiro. A ênfase no movimento das fronteiras, legitimado por tais argumentos – que se converteriam em uma espécie de cânone das políticas territoriais do Brasil, tendo seu auge nos governos militares – reforçaram o aspecto autoritário da almejada “unidade nacional”. Como bem definem Hébette e Acevedo ([1979] 2004), “a colonização, portanto, é a versão política e ideológica da fronteira”.

Esta marca dos projetos de colonização – em que não se podem separar as espacialidades envolvidas –, foram diversas vezes escutadas em depoimentos daqueles que se deslocaram para a Transamazônica durante a década de 1970:

Eu estou aqui desde 1975, somos pioneiros aqui. Nós somos maranhenses de Vitorino. Eu vim para cá eu tinha um ano e meio de casado. A gente tinha que arrendar a terra lá [Maranhão] para fazer uma rocinha. E esse arrendamento não dava para pagar o dono da terra. Aí minha irmã já tinha vindo para cá, então resolvi vir também [...]. Pois é, minha irmã já estava aqui [...] e lá como estava ruim, sobretudo para quem sobrevivía da lavoura. A gente tinha que pagar

para trabalhar nos terrenos alheio. E aí a gente resolveu vir também. Nós entramos numa vicinal e marcamos uma terra. O INCRA não estava dando terra, só que se a gente marcasse um pedacinho de terra, o INCRA depois vinha para demarcar. Aí em 1977 ele assentou a gente e já deu um documento da terra numa área de colonização primeira⁹.

É importante mencionar que movimentos como este se iniciam nos primeiros anos de 1960, antes mesmo da abertura da colonização oficial, quando pequenos agricultores oriundos do Maranhão penetraram espontaneamente no Pará – especialmente pela rota de São João do Araguaia, como descreve Velho (1972) – não mais apenas em busca do garimpo ou do extrativismo de castanhais, mas para ocuparem terras e formarem lavoura (VELHO, 1972; 1976; MARTINS, 1996; HÉBETTE, 2004). De outro lado, a fronteira que avança pelo norte de Goiás, alcançando o sul do Pará pela via dos rios Tocantins e Araguaia, orienta-se no sentido da Transamazônica antes mesmo de sua inauguração, conforme analisa Hébette a respeito da rodovia Belém-Brasília:

Antes do término da estrada, a área em boa parte retalhada em grandes propriedades e os posseiros estavam sistematicamente expulsos de suas roças. Terra goianas, próximas a Belém-Brasília, foram, inclusive, negociadas com grupos estrangeiros, norte-americanos e chineses, por dezenas de milhares de hectares, nos municípios de Uruaçu, Filadélfia, Tocantinópolis, e Araguatins [...]. Como se pode ver, antes mesmo de 1970, a penetração do capitalismo estava já se orientando no sentido da Transamazônica. Outra vez ia-se utilizar o mito da colonização por pequenas propriedades, criando o *slogan* “Terra sem homens para homens sem terra”, para legitimar a expansão do capitalismo, sob a égide do Estado (HÉBETTE, 2004, p. 86).

Como discutido anteriormente, as investidas de colonização agrícola na Amazônia, iniciada a partir do governo de Getúlio Vargas, são ampliadas pela ditadura militar a partir da metade dos 1960, sobretudo com a chamada “Operação Amazônia”

⁹ Entrevista com colono assentado no PA Bom Jardim, Pacajá, em janeiro de 2016.

que criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), substituindo a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), e criou o Banco da Amazônia (BASA), ocupando o lugar do Banco de Crédito da Borracha. Tais iniciativas tiveram por objetivo ampliar o uso de políticas de incentivos fiscais, reorganizando a legislação básica e as normas institucionais para atrair grandes capitais corporativos para a região, especialmente voltados para pecuária extensiva (HUERTAS, 2009).

No estado do Pará, os diferentes tipos de projeto de colonização foram implantados desde a década de 1940, como o projeto de Monte Alegre de 1942, sendo intensificados nos anos 1970 com os Projetos Integrados de Colonização (PIC)¹⁰, particularmente ao longo da BR-230 (PICs Altamira, Marabá e Itaituba) (VALVERDE, 1989).

As políticas direcionadas para Amazônia a partir daquela década buscavam uma nova organização espacial. Isto é, uma organização diferente da estabelecida durante o chamado “ciclo da borracha”, baseado no padrão entre rio-várzea-floresta, com propósitos de ampliar a apropriação da Amazônia e seus bens comuns dentro de uma lógica capitalista explícita (PORTO-GONÇALVES, 2001). Nesse sentido, o escopo integração-energia-mineração guiou as intervenções do Estado na região amazônica, sobretudo com as obras de integração do território nacional.

A abertura de novas vias de circulação, os programas de colonização agrária, a ampliação da pecuária extensiva, assim como os projetos de mineração, subsidiados com incentivos fiscais de toda ordem, resultaram em um desmatamento estimado de 17% da Amazônia Legal “e à criação de paisagens agrárias variadas perto dos eixos viários, onde se concentra a maioria da população rural” (HURTIENE, 2005, p. 20).

A despeito da federalização da maior parte das terras dessa região (sob o signo do progresso), não houve uma melhoria da governança sobre as questões fundiárias, econômicas, sociais, etc., como é próprio das promessas e discursos oficiais que

¹⁰ Destacam-se naquele estado os projetos de colonização de Altamira, 1970; Marabá, 1971; Itaituba, 1972; PACAL – Projeto Agroindustrial Canavieiro Abraham Lincoln, 1973.

legitimam a expansão das fronteiras. As decorrências, como Ab’Saber analisava, resultou em uma “estrutura caótica de ocupação do espaço”:

Agropecuárias de todas as partes; loteamentos de espaços silvestres sob o título de projetos de colonização, [...] ausência de extensão administrativa; empirismo e desajuste no manejo dos espaços conquistados por derrubadas e queimadas; total desconhecimento da resposta ecológica dos solos a atividades agrárias; eventuais desperenizações da drenagem nas cabeceiras de igarapés, nas margens das estradas localizadas em interflúvios ou “trechos secos”; invasões de reservas indígenas; conflitos entre os recém-chegados pelos “centros” (interflúvios) e os grupos humanos tradicionais [...] mandonismo dos proprietários ausenteísta, [...] multiplicação de madeiras em busca de essências nobres, violentamento das florestas a partir das bordas de matas voltadas para as rodovias; [...] (AB’SABER, 1992, p. 56).

Atualmente, o cenário não difere muito daquele implantado na década de 1970, comentado anteriormente por Ab’Saber. Talvez, o caso mais emblemático seja o da construção da UHE Belo Monte, no Médio Xingu, e da lastimável investida na construção da UHE São Luiz, no rio Tapajós, repetindo os mesmos erros há mais de quarenta anos. Estes grandes empreendimentos, assim como os projetos agrícolas, possuem uma força atrativa de fluxos migratórios que se deslocam de diversas regiões do País, mas, sobretudo, no sentido Leste-Oeste, sentido tão conhecido pelas populações do semiárido nordestino.

Além disso, as consequências adversas às milhares de famílias e distintas culturas que coexistem em toda extensão destes rios, não diferem do período ditatorial – indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas, pescadores, extrativistas, oleiros, pequenos garimpeiros são alguns dos principais grupos (entre categorias e modos de vida específicos) que sofrem com os desdobramentos territoriais que envolvem a corrida por recursos na Amazônia brasileira.

“A abertura de novas vias de circulação, os programas de colonização agrária, a ampliação da pecuária extensiva, assim como os projetos de mineração, subsidiados com incentivos fiscais de toda ordem, resultaram em um desmatamento estimado de 17% da Amazônia Legal “e à criação de paisagens agrárias variadas(...)”

Sobre tais embates sociais, Martins (1996) entende que aquilo que “há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social” (*Idem*, p. 27). Nesse sentido, a fronteira se transforma, reafirma-se como lugar da alteridade, tornando-se novamente uma realidade singular. Em outras palavras, o antagonismo primário que surge com a abertura da fronteira entre os camponeses e os “outros” – não mais aqueles conduzidos pela abertura de estradas dentro de um projeto de integração nacional, por exemplo –, se reafirma, reavivando os processos de acumulação por espoliação que, ao mesmo tempo em que geram conflitos pela busca contínua de recursos, provocam reações

adversas pela via da resistência (HARVEY, 2004).

Neste contexto, o processo de acumulação por espoliação se expressa de maneira diversa e em distintas escalas de usurpação; desde as pequenas apropriações de terras de camponeses e a perda de seus recursos de subsistência, incluindo a absorção de capital excedente no momento de transferência da posse da terra, até os grandes barramentos e o decorrente aprisionamento da energia dos cursos d’água, da escavação profunda em busca de minérios dos mais variados tipos e qualidades, além da ampla conversão de florestas em áreas de pastagens e monoculturas.

Como afirma José de Souza Martins, “a história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e esperança” (MARTINS, 1996, p. 26). De fato, os conflitos aumentaram, a apropriação ilegal de terras tornou-se prática corriqueira, tendo como

Cornetta, Mudanças climáticas, políticas públicas e Pagamento por Serviços Ambientais: uma discussão sobre assentamentos rurais na Transamazônica, Pará

consequência imediata o desmatamento acelerado, além dos processos de espoliação de bens comuns que avançaram com a fronteira amazônica. Ao mesmo tempo, experiências de resistência, luta pela permanência na terra, sobretudo pela via do associativismo e da militância dos movimentos sociais, emergiram ao longo de toda a faixa da Transamazônica paraense.

Ações mais recentes de regularização fundiária e ambiental implementadas no Pará buscam mudar determinados pontos deste cenário, ao lado dos referidos projetos de Pagamento por Serviço Ambiental, articulados enquanto estratégias para frear o desmatamento e promover uma transição produtiva de baixa emissão. Conforme enfatizam as entidades promotoras do “Projeto Assentamentos Sustentáveis (PAS)” aqui discutido, a produção agrícola de baixo carbono significa,

Uma estratégia de desenvolvimento econômico e social em numa (*sic*) região de fronteira de expansão agrícola [...] e que contribua para o alcance das metas de redução de emissões por desmatamento e queimadas assumidas na esfera estadual e nacional, [com] capacidade de atrair investimentos para compensar tais esforços” (IPAM; FVPP, 2011, p. 12).

Assim, discute-se a seguir as maneiras pelas quais estas ações se desdobram territorialmente, com atenção especial para as relações entre os movimentos sociais de origem sindicalista rural, o Estado e a atuação moderadora das ONGs. Tendo em conta o momento de consolidação destas relações, especialmente entre meados dos anos 1990 e princípios dos 2000, busca-se entendê-las dentro, ou como parte, dos movimentos coexistentes da fronteira (interno e externo) e as disputas sociais que resultaram na absorção de certas forças sociais pelo aparato do Estado. Em outras palavras, analisam-se os processos históricos que conduziram à integração de certos movimentos sociais de resistência aos efeitos da fronteira Transamazônica ao centro das decisões políticas do Estado.

3. Considerações sobre “assentamentos rurais sustentáveis” na Transamazônica paraense

Como mencionado anteriormente, uma das heranças deixadas pelo projeto de colonização oficial ao longo da faixa da Transamazônica, foi o fundiário e o decorrente desmatamento, provocado, em grande medida, pela ausência do poder público nos interiores da Amazônia. Além desse aspecto central, a queda dos preços dos cultivos permanentes entre as décadas de 1980 e 1990, somadas a retirada do crédito rural, as doenças que se espalharam pelas diferentes culturas (como a do cacau e da pimenta-do-reino), assim como a ausência da extensão rural, fez com que o período entre as décadas de 1980 e 1990 ficasse conhecido como a “década do abandono” na região criada pelo projeto de colonização oficial.

O papel do Estado, mas precisamente do INCRA (ou a sua ausência), é frequentemente ressaltado nos diversos depoimentos, sobretudo pelas perdas decorrentes da inanidade do poder público naquela década, quanto, implicitamente, para o ponto em que as questões ambiental e fundiária se chocam:

Aconteceu. No início [da colonização] muitas famílias entraram na propriedade. Só que o INCRA muitas vezes deixou de acompanhar. Pegou as famílias jogou lá no assentamento, e nunca mais foi lá dar uma assistência para ela se manter na propriedade. O que ela precisa para se manter? Legalização da terra através do INCRA para ela poder ter acesso aos programas do governo. Vários assentamentos com pouca família, porque o pessoal não conseguiu se manter no lote. A condição financeira fez com que ele não permanecesse. Aí o pessoal do dinheiro que queria uma grande terra, foi comprando aos poucos das famílias. E as famílias sem condições acabavam vendendo seu lote. Isso aconteceu muito aqui. Hoje não tem muito disso. [E qual é a atividade dessas pessoas que compraram essas terras?] Botar capim, pecuária¹¹.

¹¹ Entrevista com vice-presidente do STTR de Pacajá em janeiro de 2016.

Diante deste cenário, a única força capaz de dar uma resposta às dificuldades impostas pela condição da fronteira foram os próprios colonos, quando, entre os anos de 1987 e 1990, o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) foi criado. Assim, surge uma proposta de organização regional, liderada pelos colonos com o objetivo de buscar novos rumos para o Projeto de Colonização da Transamazônica.

Ao longo de sua trajetória, o movimento lançou-se na luta por espaço em distintas instâncias do poder, promovendo representantes nas Câmaras Municipais, na Assembleia Legislativa e até na Câmara dos Deputados, elegendo seus candidatos pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Grande parte deles estava presente no grande ato de Altamira de 1991, momento em que o MPST se consolida como relembram representantes políticos e sindicais dos trabalhadores rurais de Anapu:

O Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica surgiu em 1991, quando nós [STTR] ficamos quinze dias em Altamira acampados juntamente com gente de São Paulo e Brasília. Os encabeçadores desse movimento foi o Zé Geraldo^[12], o Airton Falero^[13], Valdir

¹² “José Geraldo Torres da Silva [PT], agricultor, nasceu na cidade de São Gabriel (ES). Começou sua carreira política como sindicalista, após fixar residência na Transamazônica, município de Medicilândia, Estado do Pará. Na década de 70, juntamente com toda sua família, se engajou nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) da Igreja Católica [...]. O primeiro de mobilização social, tendo como foco a conscientização e mobilização permanente de setores da sociedade com vista a exercer pressão por melhores condições de vida na região, no que ficou conhecido como Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica – MPST. Em 1994, Zé Geraldo foi eleito deputado estadual e reeleito 1998; [...]. Depois foi deputado Federal por 3 mandatos consecutivos”. Disponível em: <https://www.facebook.com/zegeraldofederal/info/?tab=page_info>. Acesso em 13 de mai. 2016.

¹³ “Airton Faleiro [PT] foi o primeiro coordenador do MPST. Militou mais de duas décadas na região oeste do Pará como líder sindical, firmando sua atuação histórica com as classes sociais. Entre 1999 a 2001, foi vice-presidente e presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará (Fetagri). 1995 a 1998, exerceu o cargo de diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Em 2002 se elegeu pela primeira vez, com 23.571 votos, para um mandato político. Na Assembléia Legislativa, foi articulador e interlocutor do desenvolvimento sustentável do Pará junto ao Governo Lula. Nos anos de 2007 a 2010 exerceu a liderança do Governo Ana Júlia, na Assembléia Legislativa, onde ajudou a conquistar muitos benefícios para diversas categorias e a formular políticas que se tornaram programas de Governo”. Disponível em: <<http://airtonfaleiro.blogspot.com.br/p/quem-e-airton-faleiro.html>>. Acesso em 02 de mai. 2016.

Ganzer^[14]. E com aquela discussão que a gente tinha aqui sobre o abandono da Transamazônica, a gente decidiu fazer uma caravana para Brasília. Reivindicar os direitos que nós tínhamos e que deveria ser aplicado as (sic) políticas públicas aqui na região. Foram 500 agricultores nessa caravana. A gente arrecadou macaxeira, feijão, arroz, farinha e fomos para Brasília. Passamos 11 dias lá. Escrevemos o nome Transamazônica na esplanada dos ministérios com os nossos corpos¹⁵.

Após algumas conquistas e com a maior inserção de suas lideranças no âmbito governamental, o movimento se reinventa dentro das políticas públicas, quando passa atuar sob o nome jurídico de Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP). Dentre as diversas pautas de atuação do movimento, especialmente no âmbito das políticas ambientais, destaca-se seu envolvimento com a criação do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), que surge como proposta do “Grito da Amazônia”¹⁶ no ano de 2000.

Trata-se de um projeto que emerge a partir de iniciativas da sociedade civil organizada, que reivindicam formas alternativas de produção agrícola com bases sustentáveis, buscando apoio do governo federal, para que a realização de projetos agrícolas pudesse ajudar a produção familiar na Amazônia a redirecionar suas práticas convencionais, além de uma proposta pioneira de recompensa por serviços ambientais (CROMBERG, 2012; MATTOS, 2010; 2014).

¹⁴ “Valdir Ganzer [PT] nasceu em Iraí, no Rio Grande do Sul. Ele vem de uma família camponesa de onze irmãos que se transferiu para a Transamazônica em 1973 [...]. Em 1990 tornou-se o primeiro lavrador da Amazônia a se eleger deputado federal. Em Brasília era defensor dos movimentos sociais e um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura e do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica. Contribuiu para construir os Gritos do Campo, Grito da Amazônia e os Gritos da Terra. Seu mandato ajudou a garantir acesso ao crédito e denunciou os desvios do Fundo Constitucional do Norte”. Disponível em: <<http://valdirganzer.blogspot.com.br/p/uma-historia-construida-com-o-povo.html>>. Acesso em 13 de mai. 2016.

¹⁵ Entrevista com assentado no PA Grotão da Onça e vereador do município de Anapu.

¹⁶ Trata-se de uma iniciativa de articulação camponesa, reunindo agricultores familiares, seringueiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco e outros grupos que representam o setor rural da Amazônia. Criado em 1991 no Pará, o Grito da Amazônia espalhou-se pelos demais estados da região, buscando, inicialmente, a democratização do crédito rural. Em 1994, o movimento ganhou dimensão nacional, passando a se chamar “Grito da Terra Brasil”.

Assim, a proposta do Proambiente, além de ter como foco a assessoria técnica e extensão rural e a estruturação do crédito rural – reivindicações históricas na constituição do MPST – também incorpora em suas estratégias de atuação um planejamento econômico e ecológico nas unidades de produção, o que inclui, também, a ideia de remuneração por serviços ambientais. Sobre este último, o entendimento dado na proposta de criação do Proambiente é de que "serviços ambientais" são todas aquelas atividades envolvidas no processo produtivo que contribuam para a recuperação de áreas degradadas, assim como a manutenção da reserva legal e a área de preservação permanente.

4. Elementos para se pensar sobre Pagamento por Serviços Ambientais em assentamentos rurais

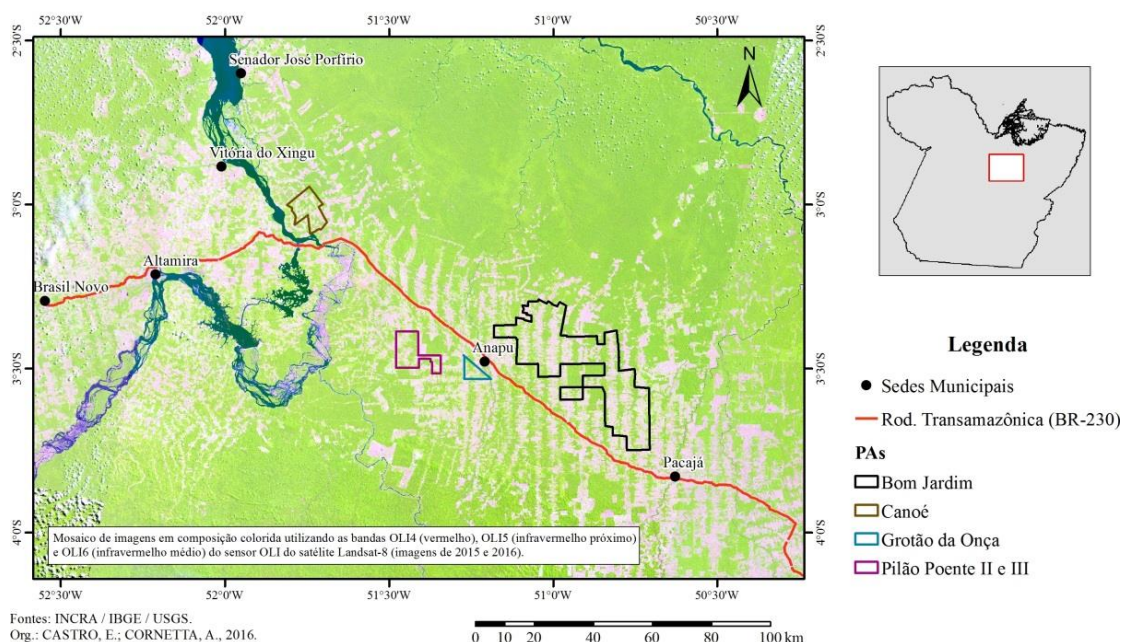
Em uma periodização possível, a construção do Proambiente ocorre entre os anos de 2000 e 2002, enquanto sua transição de projeto para um programa governamental em 2003, e sua desconstrução entre 2004-2007, quando é incorporado no Plano Plurianual do governo. De acordo com autores que analisaram o caso do Proambiente – como uma das primeiras experiências de pagamento por serviços ambientais no Brasil –, a sua condução como um programa marginal, secundário dentro das perspectivas do governo federal, gerou uma crise de legitimidade que fez com que os movimentos sociais retrocedessem, comprometendo, assim, a credibilidade das instituições que estavam à frente das ações em cada um dos polos do programa (NETO, 2008; MATTOS, 2010; 2014; CROMBERG, 2012).

Em 2008, o extinto Proambiente é resgatado por uma parceria entre as ONGs IPAM e FVPP, com objetivos semelhantes aos da primeira experiência, isto é, “promover incentivos para a adoção de um novo modelo de desenvolvimento na região”. Além das atividades já realizadas pelo antigo projeto, especialmente a readequação produtiva do lote, o novo projeto passa a incorporar ações de contabilização de redução das emissões por desmatamento e queimadas nos lotes que participam da iniciativa. Essa retomada

do Proambiente, especialmente a parte referente ao PSA, foi viabilizada pela proposta de um projeto de contabilidade do carbono estocado, em acordo com o entendimento hegemônico sobre mudanças globais do clima.

Pode-se dizer que esta argumentação foi decisiva para o financiamento do projeto pelo Fundo Amazônia¹⁷, criado em 2008, com a finalidade de captar recursos para investimentos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento na Amazônia.

O projeto, agora denominado de “Assentamentos Sustentáveis na Amazônia - PAS”, em sua versão ampla, espalha-se em municípios do estado do Pará, contando com 2.700 famílias, distribuídas nos assentamentos Bom Jardim (Transamazônica), onde vivem 692 famílias, Cristalino II (BR-163), com 110 famílias, e Moju I e II (Baixo Amazonas), que reúnem 1.578 famílias. Além destas, somam-se mais 350 famílias do antigo polo do Proambiente na Transamazônica, mais especificamente em assentamentos nos municípios de Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio.



¹⁷ O Fundo Amazônia é gerido pelo BNDES e foi instituído nos termos do Decreto no 6.527, de 1º de agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.fundoamazonia.gov.br/>>. Acesso em 20 out. 2017.

Figura 1: Localização dos assentamentos que participam do “Projeto Assentamento Sustentáveis na Amazônia” (PAS/IPAM-FVPP). Fonte: CORNETTA, A. 2017.

Importante esclarecer, sobretudo pelo recorte do presente estudo, que apenas as 350 famílias vinculadas ao polo Proambiente estão associadas ao Pagamento por Serviços Ambientais, enquanto que as demais áreas de abrangência do projeto participam das ações referentes ao Cadastro Ambiental, licenciamento das atividades produtivas e a transição do modelo produtivo (IPAM, 2011).

Conforme o entendimento mencionado acima, as ações de PSA proporcionariam a redução do desmatamento (o chamado “desmatamento evitado”), junto com a redução do carbono atmosférico (denominado “sequestro de carbono”), além da recuperação das funções hidrológicas dos ecossistemas; preservação da biodiversidade; redução das perdas potenciais de solos e nutrientes; e redução da inflamabilidade da paisagem (MATTOS *et al.*, 2003).

No polo Transamazônica, após a elaboração dos planos de uso dos lotes participantes, as famílias cadastradas passaram a ser remuneradas pelos serviços ambientais no valor de R\$ 100,00 mensais entre os anos de 2005 e 2006. Os pagamentos foram feitos em dinheiro diretamente pelos técnicos do programa sem que houvesse discriminação daqueles que não haviam cumprido com as diretrizes estabelecidas pelo mesmo (MATTOS, 2010). Para a referida remuneração, criou-se um fundo ligado ao Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (Padeq)¹⁸, do Ministério do Meio Ambiente. Trata-se de uma iniciativa atrelada às diretrizes do PPG-7¹⁹, mais

¹⁸ De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o Padeq surge como uma “estratégia de ação do MMA para monitoramento e controle de desmatamentos e queimadas, de modo a contribuir para a redução das derrubadas e uso do fogo, além de legalizar o setor florestal e fomentar o uso sustentável dos recursos naturais”. Para detalhes, acessar: <<http://bit.ly/2hov8Mg>>. Acesso em 26 de abr. 2016.

¹⁹ Após quase duas décadas de funcionamento, o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), considerado como “o maior programa ambiental do Brasil”, foi extinto em 2009. Ele foi projetado dentro de uma perspectiva de que os problemas ambientais poderiam ser solucionados pela via do mercado: “Nós reconhecemos que as fortes (e em crescimento) economias orientadas para o mercado fornecem os melhores meios para uma proteção do ambiente bem-sucedida” (G7/8 SUMMIT MEETINGS, 1990). Para a leitura completa

especificamente uma cooperação entre Brasil e Alemanha envolvendo o grupo de bancos alemão KFW, a Agência *Alema* de Cooperação Internacional (GIZ) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Vale mencionar que, no momento em que o Proambiente foi criado, diante da ausência de mecanismos legais que regulassem o Pagamento por Serviços Ambientais no País, o repasse dos recursos financeiros às famílias foi realizado como apoio à implantação dos planos de utilização das propriedades. O aspecto legal sobre o Pagamento por Serviços Ambientais, ou melhor, a ausência de uma legislação específica sobre o tema, sobretudo os critérios estabelecidos para a remuneração dos provedores – no caso os colonos da Transamazônica – foi um dos principais entraves para o desenvolvimento do programa.

Interessante atentar para o contexto político em que se cria o programa, assim como seu período de desenvolvimento e desenlace. Para Mattos (2014), apesar de o Proambiente fazer parte do plano de governo proposto pelo então candidato Luis Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002, de ter sido citado no discurso de posse da ministra Marina Silva em 2003 e de ser proposto por movimentos sociais rurais da base de sustentação do PT, o programa não encontrou condições de se consolidar no âmbito das políticas públicas (MATTOS, 2014, p. 64).

Ainda sobre o Pagamento por Serviços Ambientais, vale ressaltar que este elemento do projeto ganha nova roupagem dentro das políticas para mudanças climáticas adotadas pelo Brasil, sobretudo a partir das regulamentações para ações mitigatórias como o REDD+, e das possibilidades que surgem no contexto do regime político das mudanças globais do clima. Sinteticamente, estes projetos possuem a função de produzir biomassa e conseqüentemente estocar, ou fixar, carbono nas folhas, caules, raízes e principalmente no tecido lenhoso das árvores. Após a quantificação do carbono estocado e o cumprimento de uma série de exigências técnico-burocráticas, os

do documento de criação do Programa ver “*Houston Economic Declaration*”. Disponível em: <<http://bit.ly/2zwp6A8>>. Acesso em 23 dez. 2015.

participantes do projeto podem pleitear créditos compensatórios de carbono e negociá-los nos mercados *ad-hoc* ou diretamente com empresas que necessitam (ou querem voluntariamente) compensar suas emissões de gases efeito estufa (ROCHADELLI, 2001).

Sob o argumento de que, aproximadamente 17% da floresta amazônica (cerca de 68 milhões de hectare), uma área equivalente ao tamanho da França, já foi convertida para outras atividades de uso da terra – o que é extremamente preocupante –, o “IPAM e parceiros têm promovido, ao longo de quase uma década, ações integradas para reduzir desmatamento e queimadas na região sudoeste do Estado do Pará [...]”²⁰. De acordo com a ONG:

Estes esforços levaram ao desenvolvimento do primeiro projeto de REDD envolvendo pequenos produtores com o objetivo de buscar a compensação para aqueles que promovem a redução das emissões associadas ao desmatamento e queimadas, bem como proporcionar incentivos para garantir uma mudança em grande escala e de longo prazo nos padrões de uso da terra na região. A idéia é tornar viável a substituição das atividades que levam à pressão sobre a floresta em pé por práticas sustentáveis (manejo florestal, adoção de técnicas que melhoram a produtividade das áreas já abertas, etc.) dentro de um novo contexto econômico²¹.

Conforme os documentos referentes ao desenvolvimento do projeto, o objetivo é que os assentamentos participantes, entendidos enquanto “sistemas”, deixem de ser emissores de gases de efeito estufa (característica, segundo o documento, da “lógica da expansão da fronteira agrícola”), para uma economia de baixa emissão. Isto é, “que mantenha o estoque de carbono na cobertura florestal dentro dos assentamentos, aumente a rentabilidade das áreas já abertas e promova a melhoria na qualidade socioambiental da região” (IPAM, 2011, p. 89). Como relata o coordenador geral da

²⁰ IPAM. *Promovendo REDD para pequenos produtores rurais na Amazônia brasileira*. Disponível em: <<http://bit.ly/2hiOu1S>>. Acesso em dez. 2016.

²¹ *Idem*.

FVPP, são diversas iniciativas que compõem o projeto que visam à readequação produtiva dos lotes participantes. Segundo a liderança:

Nós temos uma cooperação técnica com o IPAM, no qual eles estão coordenando um projeto que a gente chama de “Projeto de Assentamentos Sustentáveis” e dentro desse projeto nós temos um conjunto de atividades. Dentre elas, o incentivo a atividades produtivas, apoio a capacitação e formação de lideranças, ações de pesquisa, para investigar o que mudou no lote destas famílias. E nesse conjunto tem o pagamento por serviços ambientais que é um estímulo a mais que será dado ao conjunto de agricultores para recuperar, inclusive, o trabalho que já vinha sendo feito pelo Proambiente²².

Essa retomada do Proambiente, especialmente a parte referente ao Pagamento por Serviços Ambientais, foi viabilizada pela proposta de um projeto de contabilidade do carbono estocado, em acordo com o entendimento hegemônico sobre mudanças globais do clima.

Tal contexto, evidentemente, enquadra-se na almejada “economia de baixo carbono”, e suas formas de funcionamento que ressignificam a floresta e seus usos dentro de um suposto equilíbrio entre clima e economia. Assim, sobretudo pela via do discurso do desenvolvimento sustentável, os movimentos sociais de base sindical rural da Transamazônica, como visto, incorporam esta perspectiva em sua pauta. Conforme as entidades promotoras do programa:

Um dos grandes desafios nos últimos anos na Amazônia Brasileira, no que se refere aos sistemas de produção agrícola, tem sido associar as práticas de produção com a sustentabilidade ambiental, de forma que se efetive um modelo de desenvolvimento sustentável que garanta benefícios às populações rurais, em especial aos agricultores familiares, com o mínimo de impacto ambiental e que possibilite a produção de alimentos (IPAM; FVPP, 2010).

De acordo com os documentos referentes ao desenvolvimento do projeto, o objetivo é que os assentamentos participantes, entendidos enquanto “sistemas”, deixem de ser

²² Entrevista com coordenador geral da FVPP, Altamira, em novembro de 2013.

emissores de gases de efeito estufa (característica, segundo o documento, da “lógica da expansão da fronteira agrícola”), para uma economia de baixa emissão. Isto é, “que mantenha o estoque de carbono na cobertura florestal dentro dos assentamentos, aumente a rentabilidade das áreas já abertas e promova a melhoria na qualidade socioambiental da região” (IPAM, 2011, p. 89).

Nesse sentido, é interessante atentar para o papel da floresta no momento atual e de expansão da fronteira, sobretudo em seu contexto oficial. A floresta, naquele momento, vista como um impedimento para o desenvolvimento, assim como para a consolidação do projeto de colonização, deveria ser derrubada para que as famílias camponesas pudessem ser assentadas. Hoje, sua preservação, passa a ser condição para que os colonos permaneçam em um programa que os recompense monetariamente por tal ação.

Considerações

O período de desenvolvimento do projeto foi marcado por uma série de ações que podem ser vistas em relação a certa influência positiva ao uso da terra e ao manejo agrícola. A perspectiva de um uso do solo diversificado e das possibilidades de plantar sem desmatar foi em parte frustrado por deficiências administrativas do projeto, sobretudo em relação à logística do que, na concepção do projeto e dos colonos, viabilizaria o não desmatamento, ou seja, a mecanização agrícola dos lotes. Por outro lado, o Pagamento por Serviços Ambientais, tanto em sua primeira versão no Proambiente, como agora com o projeto “Assentamentos Sustentáveis”, apresentou importância relativa em relação à diminuição do desmatamento. Seu efeito é semelhante ao de uma política compensatória, nos moldes do que acontece no âmbito público federal, mas em menor escala, portanto, com menor potência sobre seus propósitos. Em outras palavras, aquilo que se entende por uma “agricultura sustentável”, ou da maneira como aparece nos documentos do projeto, uma “agricultura familiar de baixo carbono em bases ecológicas”, como expressão para a almejada “transição produtiva”, corresponde de maneira parcial às demandas históricas dos colonos da Transamazônica.

Referências Bibliográficas:

AB'SABER, A. N. *Amazônia: as lições do caos*. In: *Nossa América/Nuestra América*, São Paulo, n. 5, p. 50-57, 1992.

COASE, R. *The Problem of Social Cost*. In: *Journal of Law and Economics*, Vol. 3 (Oct., 1960), pp. 1-44. Disponível em: <<http://bit.ly/1193gC>>. Acesso em 10 abr. 2016.

CORNETTA, A. *A financeirização do clima: uma abordagem geográfica do mercado de carbono e suas escalas de operação*. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2012

_____. *Entre o clima e a terra: uma análise geográfica da “economia de baixo carbono” na Amazônia Legal*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CROMBERG, M.. *Meios de vida no polo Proambiente da Transamazônica-PA*. (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina - UESC. Florianópolis, SC, UESC. 2012.

FONSECA, B.; MOTA, J. *Trabalhadores reféns em obras bilionárias na Amazônia*. In: *Especial BNDES na Amazônia*. Pública. 8 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://apublica.org/2013/11/bndes-trabalhadores-refens-em-obras-bilionarias-na-amazonia/>>. Acesso em 22 mai. 2016.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO, *Colonização e fronteira. Articulações no nível econômico e no nível ideológico [1979]*. In: HÉBETTE, J.. *Cruzando a fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2004.

HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará. 2004.

HUERTAS, D. M. *Da fachada atlântica à imensidão amazônica*. São Paulo: Annablume, 2009.

Cornetta, Mudanças climáticas, políticas públicas e Pagamento por Serviços Ambientais: uma discussão sobre assentamentos rurais na Transamazônica, Pará

HURTIENE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. *Novos cadernos NAEA*. v. 8, n. 1 - p. 019-071 jun.: Belém: UFPA. 2005.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate Change 2007 – The Physical Science Basis Summary for Policymakers*. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Paris: 10th Session of Working Group I of the IPCC, February, 2007. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/wg1/ar4-wg1-spm.pdf>>. Acesso em 15 set. 2015.

_____. *Working Group I contribution to the IPCC 5th Assessment*. Report “Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA: Cambridge University Press, 2013. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/report/ar5/wg1/#.umlE63vFovk>>. Acesso 10 set. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). *Promovendo REDD para pequenos produtores rurais na Amazônia brasileira*. Projeto realizado pelo IPAM e FVPP, em parceria com o Funbio, submetido ao Fundo Amazônia em maio de 2009. IPAM: Brasília, 2010. Disponível em: <<http://ipam.org.br/biblioteca/livro/Promovendo-REDD-para-pequenos-produtores-rurais-na-Amazonia-Brasileira/549>>. Acesso em dez. 2012.

_____. Assentamentos sustentáveis na Amazônia: o desafio da transição da produção familiar de fronteira para uma economia de baixo carbono. In: *Relatório de Atividades IPAM 2011*. IPAM, Brasília-DF, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM); FUNDAÇÃO VIVER, PRODUZIR E PRESERVAR (FVPP). *A Região da Transamazônica rumo à economia de baixo carbono: estratégias integradas para o desenvolvimento sustentável*. IPAM/FVPP: Brasília, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZONIA (IPAM), CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE) E SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SAE/PR). *REDD no Brasil: um enfoque amazônico: fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução*

Cornetta, Mudanças climáticas, políticas públicas e Pagamento por Serviços Ambientais: uma discussão sobre assentamentos rurais na Transamazônica, Pará

de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

_____. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MATTOS, L.; OLIVEIRA, L. R.; HIRATA, M. F.; GASPARIM, I. R.; TURA, L. R.. *PROAMBIENTE: Proposta Inicial*. Brasília: FETAGRI/Amazônia Legal. 2003.

MATTOS, L. M. *Decisões Sobre Usos da Terra e dos Recursos Naturais na Agricultura Familiar Amazônica: o caso do Proambiente*. Tese de doutorado em Economia/UNICAMP. Campinas, 2010.

_____. Proambiente: do dinamismo popular à inoperância governamental. In: SAMBUICHI, R. H. R; *et al* (org.). *Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas*. Brasília: Ipea. 2014.

NETO, P. S. F. *Avaliação do Proambiente Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural*. MMA: Brasília, 2008.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). *Environmental goods and services. An assesment of the environmental, economic and development benefits of further global and trade liberalisation*. Paris: OECD/OCDE, 2000. Disponível em: <<http://bit.ly/2A3bxtk>>. Acesso em 10 nov. 2017.

OLIVEIRA, A. U. de. *Amazônia. Monopólio, expropriação e conflitos*. São Paulo: Papyrus. 1993.

PIGOU. A. C. *La economía del bienestar*. Madrid: M. Aguilar, 1946.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

ROCHADELLI, R. *A estrutura de fixação dos átomos de carbono em reflorestamentos*. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Setor de Ciências Agrárias, UFPR, Curitiba, 2001.

VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: Difel. 1976.

Data da Submissão: 14 /11/2017

Data da Avaliação: 30/11/2017